

ANA planeja cobrar mais para reduzir desperdício

Agência considera que tarifa não é suficiente para influenciar empresas e consumidores a investir em uso racional de recurso

Martha San Juan França
mfranca@brasileconomico.com.br

As tarifas de água no Brasil em geral não cobrem os custos, fazendo com que os serviços de saneamento passem por um processo de sucateamento ou exigindo subsídios de outras áreas. É o que afirma o diretor-presidente da Agência Nacional de Água (ANA), Vicente Andreu. “Defendo uma política realista, com tarifas realísticas, evidentemente, com políticas públicas que garantam o acesso à água para aqueles que não têm ou que têm renda baixa”, diz Andreu.

Segundo o diretor-presidente da ANA, a tarifa, sendo muito baixa, não estimula o consumidor a adotar medidas que visem a diminuir o desperdício e o uso racional da água, como parecem apontar as primeiras respostas de um questionário que a agência promoveu entre usuários. “No caso das empresas, constatamos que aumentaram as ações para reduzir o uso da água, mas não necessariamente por conta da cobrança”, diz Patrick Thomas, gerente de cobrança pelo uso de recursos hídricos da ANA. “Isso ocorre por pressão dos clientes no exterior, pela necessidade de certificações como a ISO 14000, a exigência de mais eficiência e o apelo da sustentabilidade. No caso dos consumidores, o valor da tarifa não parece ser suficiente para estimular um banho mais curto ou para desistir de usar a mangueira para lavar a calçada.”

Disparidade

No caso de São Paulo, as tarifas cobradas pela Sabesp cobrem, no total, os custos da prestação dos serviços e geram recursos para investimentos, diz Tobias Jerzolimski, superintendente de análise econômico-financeira da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado (Arseps). “Mas muitos municípios de pequeno porte são deficitários, sendo subsidiados pelos que geram excedentes.” Ele lembra que a Sabesp pratica a regionalização das tarifas, privilegiando municípios com

“

O valor da tarifa não parece ser suficiente para estimular o consumidor a tomar um banho mais curto ou para fazer com que ele desista de usar a mangueira para lavar a calçada

Patrick Thomas,
gerente de cobrança pelo uso de recursos hídricos da ANA

condições sócio-econômicas menos favoráveis com um patamar inferior.

O presidente do Instituto Trata Brasil, Edson Carlos, diz que há uma grande disparidade entre os municípios no que se refere ao desperdício de água. “No conjunto, cerca de 40% da água tratada é perdida por vazamentos, ligações clandestinas — conhecidas como “gatos” — e erros de medição”, afirma. Carlos cita um estudo recente segundo o qual essa perda resulta em um prejuízo de R\$ 7,4 bilhões por ano, ou 50% do investimento necessário para o tratamento de esgoto do país.

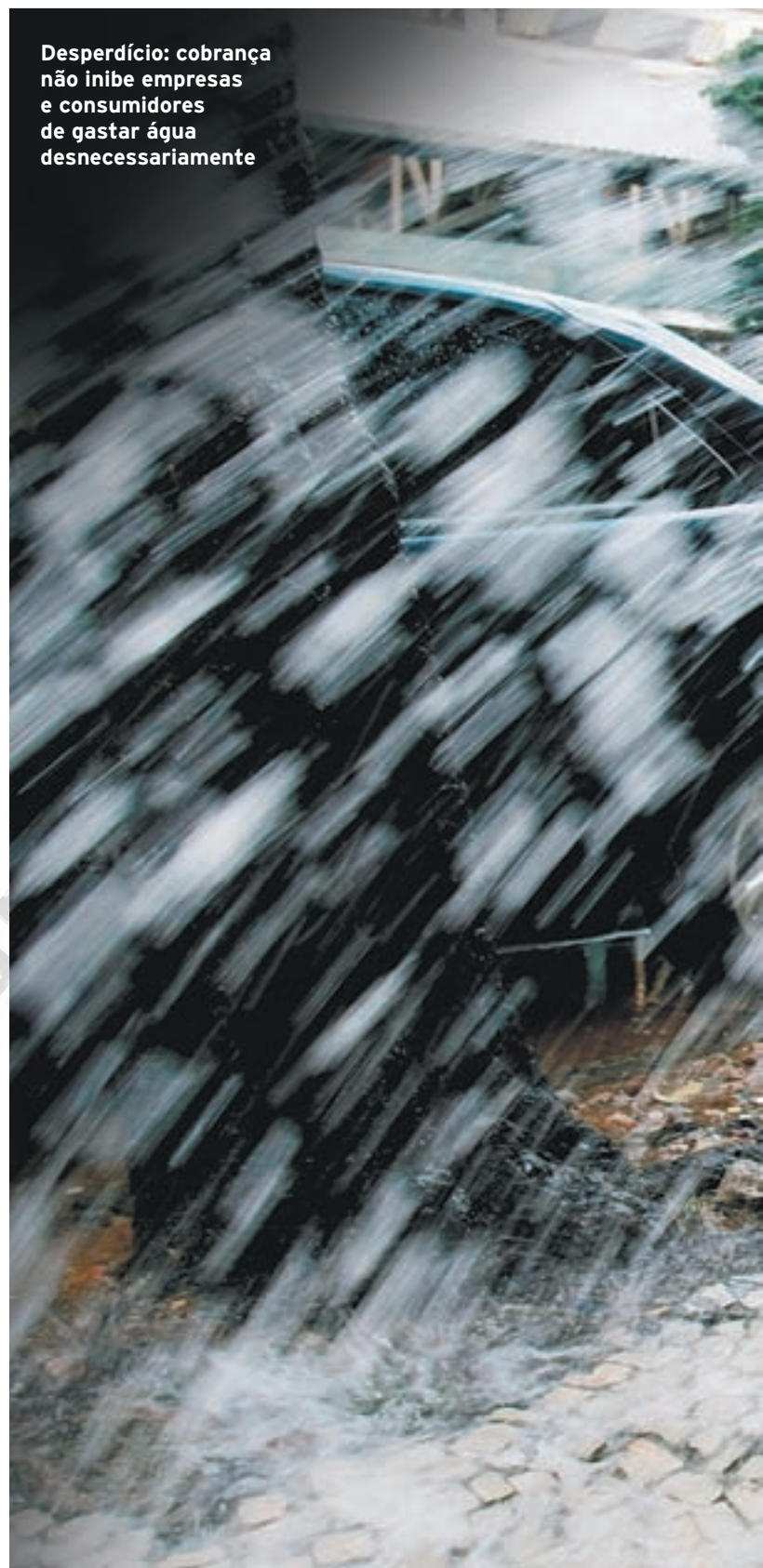
No entanto, ele acredita que o aumento da tarifa não resolve esses problemas. “Eles são resultado, em primeiro lugar, da falta de uma gestão eficiente no tratamento da água. “É fundamental que as empresas melhorem seu planejamento”, diz. Além disso, seria preciso agilizar o diagnóstico dos serviços de saneamento, tais como abastecimento de água, tratamento de esgoto, limpeza pública, coleta de lixo e drenagem pluvial dos municípios, como exige a Lei de Saneamento.

Bacias hidrográficas

Até o fim deste mês será aprovada a cobrança pelo uso da bacia hidrográfica do Rio Doce em Minas Gerais e Espírito Santo, com a qual se espera arrecadar R\$ 1,3 bilhão em dez anos, ou 10% dos recursos necessários para a sua recuperação. É a quarta bacia da União administrada por comitês de usuários, instituído para estimular o uso racional das águas e gerar recursos para a preservação dos mananciais. A cobrança já funciona nos Rios Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá e, desde o ano passado, no São Francisco.

A cobrança também está em funcionamento em 16 bacias estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A partir do segundo semestre, começará a cobrança uma tarifa de toda a calha do Rio Tietê, além da Baixada Santista. ■

Desperdício: cobrança não inibe empresas e consumidores de gastar água desnecessariamente



Acordos devem

Atlas sobre panorama do abastecimento urbano é lançado para balizar políticas regionais

Ruy Barata Neto
rneto@brasileconomico.com.br

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente, está em processo de revisão de um conjunto de ações prioritárias que devem ser implementadas como parte da Política Nacional de Recursos Hídricos para o quadriênio de 2012-2015. Segundo Franklin de Paula Júnior, gerente de projetos da Secretaria de Recursos Hídricos e

Ambiente Urbano do ministério, estão sendo consideradas 54 ações para melhorar a gestão da água em âmbito nacional. Trata-se de um desafio porque o modelo brasileiro, similar ao adotado pela França, é de gestão descentralizada, baseado em comitês e agências de água.

Para corrigir a situação, será preciso um pacto federativo, que está sendo costurado pela Agência Nacional das Águas (ANA). Um destes acordos é o da formulação de um cadastro nacional de usuários, a cargo da agência. Os cadastros hoje são descompatibilizados — divididos entre estaduais e federais



TRÊS PERGUNTAS A...

Divulgação



...VICENTE ANDREU

Diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA)

“No Brasil, as tarifas, em geral, não cobrem os custos”

À frente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu defende uma revisão do sistema tarifário, que viabilize investimentos e, ao mesmo tempo, assegure o fornecimento a todos.

O senhor acredita que mudanças no sistema tarifário podem incentivar o uso mais racional da água?

É preciso distinguir a cobrança pelo uso de recursos hídricos da tarifa de água cobrada pelas empresas de saneamento. A primeira é definida pelos comitês de bacias hidrográficas e retorna para as próprias bacias onde são arrecadadas. Outra coisa é o sistema tarifário, ou o valor cobrado do consumidor pela água tratada. As tarifas em geral, no Brasil, não cobrem os custos, fazendo com que os serviços de saneamento acabem ficando sucateados rapidamente ou exigindo subsídios de outras áreas. Defendo uma política realística, com tarifas realísticas, e, evidentemente, com políticas públicas garantindo o acesso à água para aqueles que não tem ou tem renda baixa.

O senhor acredita que as mudanças no Código Florestal podem afetar os mananciais?

O Código Florestal precisa de atualizações, mas a direção mais prudente não parece ser a que está sendo apresentada nas alterações propostas pelo relator. Não é possível reduzir de 30 metros para 15 metros as Áreas de Preservação Permanente, na maioria das vezes ao longo de nascentes e rios, considerando a manutenção da qualidade e da quantidade das águas.

Os recursos da ANA foram ampliados em R\$ 100 milhões. Em que serão aplicados?

Cerca de metade desse valor está sendo investido no Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas, que visa pagar não pela obra de saneamento, mas pelo seu funcionamento. Estamos ampliando os recursos para o Programa Produtor de Água, de pagamentos por serviços ambientais; e para estudos sobre águas subterrâneas. **M.F.**

padronizar gestão dos recursos

(para os rios que cruzam dois estados ou mais). “Isso não é tão simples porque depende dos critérios usados para a concessão das outorgas, o que tem diferentes formatos”, diz Vicente Andreu, presidente da ANA.

A iniciativa é fundamental para o controle de liberação de futuras outorgas para captação de água, melhor fiscalização de uso de mananciais e abastecimento, além de aplicação de cobranças regionais. Tais instrumentos ainda não são usados de forma eficiente. “Os planos de recursos hídricos sejam em âmbito federal, estadual ou municipal, ainda não são efetivos”.

Cadastro de usuários de bacias da União é diferente daquele dos estados, o que provoca distorções no controle de liberação de outorgas para captação

Atlas de abastecimento

Outra demanda prioritária do Plano é por estudos sobre o impacto das mudanças climáticas na oferta de água no país, além de análises sobre alternativas de abastecimentos regionais. Segundo Júnior, estados como São Paulo, nos próximos anos, não terão mais mananciais suficientes para o abastecimento. As soluções podem vir de transposição de rios e ações de longo prazo de recomposição de bacias hidrográficas.

Nesta direção, a ANA já está mais adiantada e hoje lança o Atlas de Abastecimento Urbano. O levantamento analisa infraestrutura municipais e demonstra

as demandas para quantidade e qualidade dos mananciais de forma local. A ideia é que o estudo sirva como orientador dos planos regionais de gestão de recursos hídricos até 2025.

De acordo com o estudo, os investimentos em água e esgotos previstos somam R\$ 70 bilhões. Por conta de problemas no que diz respeito a qualidade das águas dos mananciais, realidade vivida pela maioria dos municípios brasileiros, o estudo prevê aportes de R\$ 47,8 bilhões apenas na proteção das captações. O estudo ainda alerta que 55% das cidades brasileiras podem sofrer desabastecimento até 2015. ■